



Temer tem margem estreita para aprovar reforma trabalhista

Levantamento da **Folha** indica que 42 dos 81 senadores são favoráveis às alterações, que devem ser votadas na terça (11)

Com margem apertada, o Senado tem a promessa de votos suficientes para aprovar a reforma trabalhista do presidente Michel Temer.

Segundo levantamento feito pela **Folha** na última semana, 42 dos 81 senadores declararam apoio ao texto —são necessários 41 para que o governo vença. Contra a proposta estão 23 integrantes da Casa, e 16 não informaram seu posicionamento.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 09/07/2017

Vários parlamentares disseram que aguardam um acordo com o presidente. “[Voto a favor] desde que o governo tire o que não concordamos, como trabalho intermitente”, afirmou Simone Tebet (PMDB-MS).

Nesse modelo, o trabalhador pode ser contratado por hora. A reforma também traz a prevalência sobre a lei, em alguns casos, de acordos entre patrões e empregados.

Na votação, marcada para terça-feira (11), o Planalto defende que a proposta enviada pela Câmara seja aprovada sem alterações.

Assim, a matéria seguirá para a sanção de Michel Temer. Se houver mudança, o projeto retorna para nova análise dos deputados.

Senadores contrários à reforma declararam apostar na aprovação de modificações no texto. **Mercado A19**

Mais ricos se aposentam mais cedo e continuam ganhando salário

O sistema de Previdência brasileiro aumenta a desigualdade de renda não só porque os valores dos benefícios são muito díspares. Por causa do modelo por tempo de contribuição, sem idade mínima, aposentados precoces continuam trabalhando. Nesse caso, em vez de substituir renda para quem perdeu vigor por causa da idade, a aposentadoria, na prática, complementa renda para pessoas ainda jovens. E esses beneficiados são os de melhor nível de renda e maior escolaridade, mostra trabalho dos economistas do Ipea Rogério Nagamine Costanzi e Graziela Ansiliero.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 09/07/2017

Fórmula 85/95 agravou desigualdade de renda e custa R\$ 200 mi por mês

Herança maldita da rixa entre a ex-presidente Dilma Rousseff e o ex-deputado federal Eduardo Cunha, a fórmula 85/95 agravou a desigualdade de renda e custa ao menos R\$ 200 milhões por mês aos cofres do governo. Desde que passou a vigorar, em julho de 2015, até maio de 2017 (último dado disponível), ela beneficiou 4 em cada 10 pessoas que se aposentaram pela modalidade de tempo de contribuição. Em média, homens adiaram em um ano sua aposentadoria e conseguiram obter um benefício até 49% maior do que os que usaram o fator previdenciário, segundo balanço feito pelo INSS a pedido da Folha. Entre mulheres, a espera foi maior -2 anos-, mas o ganho no valor da aposentadoria foi de até 81% em relação às que usaram o fator. A vantagem é significativa também em relação ao ganho de cerca de 7% ao ano que uma mesma pessoa obtém ao esperar mais tempo para usar o fator previdenciário. Isso ocorre porque a nova fórmula garante benefício integral a quem atinge os pontos necessários. Antes de julho de 2015, o fator previdenciário reduzia o valor total do benefício. Uma mulher, por exemplo, com 32 anos de contribuição e 53 anos de idade pode receber perto de R\$ 5.500 se tiver contribuído pelo teto do INSS. Sem a fórmula 85/95, o valor seria reduzido pelo fator previdenciário de 0,544, ou seja, receberia R\$ 3.009,03. A brecha aberta pela fórmula criou uma "elite dentro da elite" -os que se aposentam hoje por tempo de contribuição, sem exigência de idade mínima.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 09/07/2017

Diferenças vão persistir mesmo com a reforma

Mesmo que sobreviva à crise política, a reforma da Previdência deve amainar só em parte o efeito das aposentadorias na desigualdade de renda. A fórmula 85/95 deve deixar de existir, mas quem já se aposentou por esse modelo ou já cumpre as condições para isso continuará tendo direito ao benefício integral, até o teto do INSS (R\$ 5.531,31 neste ano). Mas mesmo o texto negociado pelo governo —que ainda deve ser diluído— ataca de forma pouco eficaz o principal ponto de desigualdade: as regras mais vantajosas para os servidores públicos. Servidores que ingressaram até 31/12/2003 têm direito ao salário integral do último cargo ocupado e a reajuste igual ao dos funcionários na ativa garantido pela Constituição. O resultado é que a aposentadoria média do servidor civil é quase sete vezes a renda média nacional, segundo dados do Ministério do Planejamento. Enquanto apenas 1% dos beneficiários do setor privado recebem mais que 5 salários mínimos (R\$ 4.685, em valores de hoje), entre os servidores essa fatia é quase a metade (47%).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 09/07/2017

Licença-paternidade de 20 dias é raridade nas grandes empresas

O aumento da licença-paternidade de cinco para 20 dias só foi adotado por 12% das 160 mil empresas que podem aderir ao programa Empresa Cidadã, que prevê a ampliação desse benefício. O programa existe desde 2008 para estender a licença-maternidade de 120 para 180 dias, e passou a beneficiar os pais com uma lei sancionada pela gestão Dilma em 8 março de 2016, Dia da Mulher. Dessa data até o fim de 2016, menos de mil empresas novas aderiram à novidade. A licença-maternidade é benefício previdenciário, pago pelo INSS. Já a licença-paternidade de cinco dias é um direito trabalhista, com o qual o empregador tem que arcar.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 10/07/2017

Jovem está trocando trabalho por videogame, indica estudo

Se as inovações no campo doméstico ajudaram a liberar as mulheres na conquista de emprego nos anos 60 e 70, poderiam os avanços no lazer —como o game "League of Legends"— estarem tirando os homens de hoje do mercado de trabalho? Essa é a lógica de um estudo recém-publicado pelo Nber (respeitado centro de pesquisa americano). Segundo os autores, os economistas Erik Hurst, Mark Aguiar, Mark Bils e Kerwin Charles, o videogame ajuda a explicar por que os jovens estão trabalhando menos. Em 2015, os homens americanos de 31 a 55 anos trabalhavam por ano 163 horas menos do que o mesmo grupo etário em 2000. No caso dos homens de 21 a 30 anos, a diferença era de 203 horas. A queda acentuada entre os mais jovens (uma diferença de 40 horas, ou uma semana de trabalho) tem intrigado especialistas. Outros economistas já apontaram uma série de teorias (globalização, mudança tecnológica etc.) para explicar por que os empregadores não estão contratando jovens. Esse novo estudo, porém, traz uma pergunta diferente: por que os jovens querem trabalhar? Hurst e seus colegas estimam que, desde 2004, os videogames foram responsáveis por reduzir em 15 a 30 horas o número de horas trabalhadas em um ano por jovens americanos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 10/07/2017

Sabesp quer tarifa extra para imóveis de temporada

Proposta será enviada à agência reguladora do setor

A Sabesp pretende implantar uma taxa extra, que seria cobrada dos proprietários de imóveis que permanecem fechados durante a maior parte do

ano. O intuito é obter uma compensação pelos investimentos locais realizados para manter o fornecimento de água nos períodos de tempora-

da. Para a proposta entrar em vigor, é necessário o aval da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp). **A-3**

Fonte: Jornal A Tribuna - 10/07/2017